



A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO FORTALECIMENTO DO CONSERVADORISMO REACIONÁRIO MUNDIAL: ALIANÇAS POLÍTICO-RELIGIOSAS E O REFORÇO À AGENDA ANTI-GÊNERO EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19

Clarissa De Franco*
Ana Keila Mosca Pinezi**
Sandra Duarte de Souza***

RESUMO

A perspectiva do conservadorismo reacionário, na qual o Brasil vem se aprofundando desde os anos 2000, encontrou um cenário mundial propício – a pandemia de Covid-19 – para o estabelecimento de alianças político-religiosas com vistas ao reforço à agenda anti-gênero, em especial antiaborto. Em meio às controvérsias públicas sobre a Covid-19, surgiram na cena pública alianças político-religiosas defendendo o fechamento de serviços médicos de assistência legal ao aborto, sob a justificativa de que durante a pandemia os serviços não emergenciais deveriam ser suspensos. O artigo apresenta e analisa

* Psicóloga, Doutora em Psicologia e em Ciências da Religião, com Pós-Doutorado em Estudos de Gênero (UCES, Argentina) e em Ciências Humanas e Sociais (UFABC). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. Atua no debate entre direitos humanos, religião, gênero, decolonialidade e psicologia. E-mail: clarissadefranco@hotmail.com

** Doutora em Psicologia (USP). Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Visiting Scholar no Behner Stiefel Center for Brazilian Studies, San Diego State University, California. E-mail: keipinezi@gmail.com

*** Doutora em Ciências da Religião com pós-doutorado em História Cultural. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo e coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/Netmal. E-mail: sanduarte3@gmail.com



algumas dessas alianças político-religiosas que se estabeleceram durante a pandemia de Covid-19, especialmente no que tange ao debate antiaborto, demonstrando como o Brasil participa do recrudescimento do conservadorismo reacionário presente no mundo.

Palavras-chave: Alianças político-religiosas e Covid-19; Agenda religiosa antiaborto; Conservadorismo reacionário; Gênero.

BRAZILIAN PARTICIPATION IN STRENGTHENING WORLD REACTIONARY CONSERVATISM: POLITICAL-RELIGIOUS ALLIANCES AND STRENGTHENING THE ANTI-GENDER AGENDA AMID THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT

The perspective of reactionary conservatism, in which Brazil has been deepening since the 2000s, found a propitious world scenario - the Covid-19 pandemic - for the establishment of political-religious alliances with a view to strengthening the anti-gender agenda, in particular anti-abortion. In the midst of public controversies over Covid-19, political-religious alliances have emerged on the public scene, defending the closure of medical services providing legal assistance to abortion, on the grounds that during the pandemic, non-emergency services should be suspended. The article presents and analyzes some of these political-religious alliances that were established during the Covid-19 pandemic, especially with regard to abortion, demonstrating how Brazil participates in the resurgence of reactionary conservatism present in the world.

Keywords: Political-religious alliances and Covid-19; Religious anti-abortion agenda; Reactionary conservatism; Gender.

PARTICIPACIÓN BRASILEÑA EN EL FORTALECIMIENTO DEL CONSERVADURISMO REACCIONARIO MUNDIAL: ALIANZAS POLÍTICO-RELIGIOSAS Y FORTALECIMIENTO DE LA AGENDA ANTIGÉNERO EN MEDIO DE LA PANDEMIA DE LA COVID-19

RESUMEN

La perspectiva de conservadurismo reaccionario, en la que Brasil viene profundizando desde la década de 2000, encontró un escenario mundial propicio –la pandemia de la Covid-19– para el establecimiento de alianzas político-religiosas con miras a fortalecer la agenda antigéne-



ro, en particular anti-aborto. En medio de las polémicas públicas por el Covid-19, las alianzas político-religiosas salieron a la escena pública defendiendo el cierre de los servicios médicos que brindan asistencia legal al aborto, bajo el argumento de que durante la pandemia se deben suspender los servicios que no sean de emergencia. El artículo presenta y analiza algunas de esas alianzas político-religiosas que se establecieron durante la pandemia de la Covid-19, especialmente en lo que se refiere al debate antiaborto, demostrando cómo Brasil participa del recrudescimiento del conservadurismo reaccionario presente en el mundo.

Palabras clave: Alianzas político-religiosas y Covid-19; Agenda religiosa contra el aborto; conservadurismo reaccionario; Género.

INTRODUÇÃO

Um fenômeno ocorrido em meio às agruras da pandemia de Covid-19 chamou atenção das pesquisadoras deste artigo. Não que tal fenômeno não tenha sido visto com outras roupagens inúmeras vezes na história. No entanto, o oportunismo da situação parece trazer um enredo inédito. De um lado, a agenda religiosa antigênero agora se vestia de agenda politicamente correta ligada à pandemia, já que, conforme apontaremos durante o texto, surgiram, dentre as controvérsias discursivas ligadas à Covid-19, discursos de lideranças religiosas latinas defendendo que os serviços de aborto legal permanecessem fechados, de forma a manter somente os “serviços essenciais” em funcionamento, evitando, assim, aglomerações nos serviços hospitalares nesse período.

A justificativa indicou um cenário arenoso e plurifacetado de reações de denominações religiosas cristãs à pandemia, que ora se legitimou a partir do negacionismo científico e em outros momentos – como é o caso da pauta antiaborto – aliou-se aos discursos científicos de forma a excluir o aborto legal da cena pública.

Por outro lado, outra situação diferente se somou ao oportunismo discursivo diante da pandemia na relação com gênero e aborto: o Brasil se posicionou internacionalmente no Consenso de Genebra – acordo estabelecido em outubro de 2020, sob a justificativa de propor um plano mundial de apoio à saúde da mulher em um momento em que a temática da saúde é foco no mundo todo, mas que tinha dentre suas pautas o combate ao aborto – aliando-se a países com restrições importantes no



campo de Direitos Humanos, como Egito, Iraque e Arábia Saudita, que, na IV Conferência Sobre as Mulheres, realizada em Pequim em 1995, por exemplo, já haviam apresentado reservas aos direitos reprodutivos das mulheres, particularmente no quesito “aborto”, conforme aponta Sandra Duarte de Souza (2018). A objeção se pautava na observância irrestrita da *sharia* islâmica¹.

Na América Latina, o Consenso de Genebra é endossado pela Guatemala, país predominantemente cristão que historicamente tem apresentado reservas de cunho religioso às declarações e plataformas de ação das conferências da ONU (Organização das Nações Unidas) no que tange ao tema dos direitos reprodutivos. Porém, a novidade está nos atores que encabeçaram a declaração, contrariando posicionamentos anteriores de suas delegações nas Conferências da ONU, quais sejam, Estados Unidos² e Brasil. A aliança estabelecida no Consenso de Genebra fortaleceu perspectivas e proposições ultraconservadoras, ligando países de vertente majoritária cristã e países com forte adesão muçulmana. Nosso trabalho se centra, portanto, na análise de alianças político-religiosas que têm se estabelecido durante a pandemia de Covid-19 no contexto brasileiro, com foco na agenda antiaborto.

Além da Declaração do Consenso de Genebra, que uniu países de diferentes continentes (América, Europa, África, Ásia), observa-se outras alianças político-religiosas no contexto da América Latina, que se organizam de forma ora a rivalizar com os discursos científicos em posição negacionista, ora a assumir as orientações científicas para benefício da pauta antigênero, como vamos observar na demanda pelo fechamento dos serviços de aborto legal, que tem ocorrido em alguns

¹ Mesmo a sharia tem alguma flexibilidade em relação ao aborto, pois nela o feto é considerado um ser vivo, após um período de cento e vinte dias da concepção, o que implicaria dizer que o aborto, em tese, seria permitido até o quarto mês de gravidez. Daí haver divergência entre as diferentes escolas islâmicas sobre a interrupção da gravidez nos quatro primeiros meses. Para maiores detalhes, consultar: BRACCO, Carolina. El debate sobre el aborto en el mundo árabe-musulmán. In: JAIME, Martín e VALDIVIA, Fátima (eds). Mujeres, aborto y religiones en Latinoamérica: Debates sobre política sexual, subjetividades y campo religioso. Lima: CMP Flora Tristán/UNMSM, 2020, p. 51-76.

² Apesar de ter encabeçado a elaboração do documento durante o governo de Donald Trump, os Estados Unidos, com a vitória de Joe Biden, se retiraram do acordo.



países latinos por parte de lideranças cristãs, diante da justificativa da pandemia de Covid-19.

O ponto de partida das análises foi a observação de pedidos de fechamento de serviços médicos de assistência legal ao aborto no contexto pandêmico, sob a justificativa de que durante a pandemia somente os serviços emergenciais e os de atendimento à Covid-19 deveriam permanecer funcionando. Nossas análises identificaram no contexto pandêmico uma justificativa usada para apoiar narrativas de base reacionária antigênero. A partir dessas perspectivas, o artigo está organizado de modo a primeiramente apresentar elementos sobre o cenário da ascensão do reacionarismo ultraconservador político-religioso na América Latina, passando pelas alianças antiaborto que têm se estabelecido durante a pandemia e, em seguida, de forma a aprofundar nossa discussão, trazer o exemplo do Consenso de Genebra e o papel do Brasil em alianças relativas ao fortalecimento dessa onda reacionária ultraconservadora.

NOVAS HEGEMONIAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA E O ACENO AO CONSERVADORISMO

É possível observar que despontam há pelo menos três décadas novas configurações religiosas na América Latina. O Instituto de Pesquisa Latinobarómetro (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2017), estudando o perfil religioso de vários países latino-americanos, aponta duas fortes tendências religiosas na América Latina, já observadas em pesquisas anteriores do IBGE (2010). A primeira se refere ao crescimento do grupo de pessoas que se declaram sem religião em uma região fortemente cristã. Entre os países com menor presença das religiosidades institucionalizadas e maior presença das irreligiosidades (sem religião, ateísmo e agnosticismo) estão o Uruguai (41,1%), Chile (37,85%), El Salvador (30,5%) e República Dominicana (28,0%) (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2017). Lembramos que a categoria das pessoas sem religião ainda merece um tratamento mais detalhado de pesquisas, já que engloba perspectivas de crenças não institucionais e não crenças, o que, no contexto dos fortes hibridismos religiosos da América Latina, acaba por se tornar uma categoria com uma certa indefinição.



A outra tendência que já se tornou uma realidade é o aumento da presença de grupos religiosos evangélicos, notadamente pentecostais, em diversos países da América Latina combinada com queda da adesão religiosa ao catolicismo, o que vem constituindo novos espaços hegemônicos relativos ao cristianismo na América Latina. A pesquisa (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2017) aponta que Guatemala, Honduras e Nicarágua são os países latinos com maiores percentuais de grupos religiosos evangélicos, respectivamente com 43,2%; 40,5% e 39,6% de declaração de pertencas evangélicas, seguidos de El Salvador (28%), Brasil (27,1%), Costa Rica (26%), Panamá (25,6%), República Dominicana (22,3%) e Bolívia (20,5%).

Alguns países, no entanto, ainda seguem majoritariamente católicos, como é o caso do Paraguai (89,2% de católicos/as declarados/as), México (80,3%), Equador (76,7%), Peru (73,8%), Colômbia (73%), e Bolívia (72,5%) (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2017), nos quais a transição do catolicismo para as denominações evangélicas é incipiente. A Bolívia, como podemos ver, tem forte presença católica e também marcada e crescente presença evangélica, o que a leva a ser a nação com o menor percentual de pessoas sem religião da América Latina (3,7%). Maria Alcía Gutiérrez (2006) usa o termo “novas hegemonias religiosas” para representar este cenário de ascensão das igrejas pentecostais e neopentecostais na América Latina.

A consolidação de novas hegemonias cristãs vem acompanhada de um movimento que pode ser observado em países ocidentais em geral; o fortalecimento de posicionamentos ideológicos e políticos ligados ao conservadorismo reacionário, em especial na última década, que revitalizou de um lado, os fundamentalismos religiosos, e, de outro, as modalidades do que é chamado de novo racismo, dentre as quais o fator religioso associado a elementos de etnia e pertença se faz presente (Átila MAGALHÃES; Renata LIMA; Natércia SIQUEIRA, 2018).

Concordamos que “o pensamento conservador pode assumir a forma do reacionarismo, do liberalismo, do republicanismo” (Nildo VIANA, 2020, p. 02) e que o reacionarismo pode ser caracterizado por posições políticas que reivindicam o retorno a um estado anterior idealizado diante de uma condição atual percebida como ameaça, decadência ou



perigo (Mark LILA, 2016). Assim, optamos neste estudo por utilizar o termo conservadorismo reacionário para nos referirmos a posições que percebem os direitos humanos como ameaça ou decadência moral e reivindicam um retorno a um passado de “ordem e progresso”, identificado com a ditadura militar e com valores associados.

Nessa perspectiva das dinâmicas religiosas e ideológicas conservadoras reacionárias, um campo discursivo tem se formado na arena das controvérsias públicas; narrativas que disputam legitimidade com outros discursos hegemônicos, como o da ciência. O negacionismo, como um campo ideológico de oposição à hegemonia e à legitimidade da ciência, configura-se como um espaço de demarcação de *locus* de poder dos grupos religiosos que estão em ascensão e necessitam de legitimidade discursiva no espaço público.

No contexto da pandemia de Covid-19, tal fenômeno se agravou, uma vez que se trata de um propício cenário para uma disputa discursiva que envolve a hegemonia sobre explicações negacionistas versus científicas diante do grande público. Emergiram durante a pandemia alianças político-religiosas que fortaleceram o campo ideológico conservador e as narrativas negacionistas.

Anna Carletti e Fábio Nobre (2021) demonstram como a pandemia de Covid-19 afetou uma das principais forças das grandes religiões: as reuniões presenciais, os cultos, os momentos de comunhão física com a espiritualidade e com a comunidade religiosa. Como contrapartida, os grupos religiosos majoritários precisaram adaptar seus métodos de forma a manter a coesão da comunidade em tempos de isolamento social. Algumas lideranças de grupos religiosos conservadores, logo no início da pandemia de Covid-19, já bradaram contra essa possibilidade de enfraquecimento da coesão religiosa, como foi o caso do pastor e líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, Silas Malafaia, que se pronunciou da seguinte forma sobre a quarentena: “Gostaria de avisar aos governadores e a qualquer prefeito onde tenho Igreja que se os senhores quiserem fechar as Igrejas onde sou pastor, tratem de ir à Justiça”³.

³ Disponível em: O lobby dos evangélicos contra o fechamento das igrejas (apublica.org). Acesso em janeiro de 2021.



Nesse contexto, uma das estratégias possíveis para a retomada do poder de coesão social pelas lideranças religiosas é justamente o caminho das alianças conservadoras que adentram a cena pública pela via discursiva. Uma vez que o canal da influência presencial das lideranças religiosas teve que se modificar em função da pandemia de Covid-19, a via do convencimento por meio das alianças negacionistas assumiu o protagonismo durante a pandemia. Conforme veremos no próximo item, tais alianças e disputas discursivas têm trazido como tema pautas morais, como a causa antiaborto.

A AGENDA RELIGIOSA ANTIABORTO NA AMÉRICA LATINA EM MEIO ÀS CONTROVÉRSIAS SOBRE A COVID-19

O tema dos direitos reprodutivos, e em especial o aborto, tem pautado as lutas feministas principalmente a partir da chamada segunda onda. Já a agenda religiosa antiaborto – embora também uma pauta antiga – fortaleceu-se na América Latina a partir de fins da década de 1990, assim como outros pontos ligados à perspectiva contrária à diversidade sexual e de gênero, que vieram à tona a partir do crescimento das Igrejas neopentecostais e do acesso dos grupos cristãos conservadores católicos e evangélicos à política, cenário em que foram disputadas, a partir dos anos 2000, algumas proposições ligadas à descriminalização do aborto.

No Brasil, podemos perceber como as alianças de grupos cristãos conservadores passaram a atuar fortemente no campo político a partir dos anos 2000. Conforme observa Sandra Duarte de Souza (2014), as alianças entre lideranças católicas e evangélicas na política brasileira passaram a modificar um cenário que até há poucos anos era de disputa, configurando-se, a partir de então, como um campo de parcerias em torno de pautas morais, como o Estatuto da Família, a retirada do debate de gênero e sexualidade da educação.

Maria das Dores Campos Machado (2012), ao analisar o campo do ativismo religioso sobre o aborto no Brasil, aponta que os movimentos católicos conservadores como a Renovação Carismática, *Opus Dei*, Defesa da Vida e alguns grupos pentecostais – na época divididos entre o apoio a Lula e o recrudescimento das pautas morais – reagiram fortemente a algumas iniciativas dos governos petistas, como a instalação da Comis-



são Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto (2005), o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em dezembro de 2009, e a realização da Audiência Pública sobre o Aborto, em 27 de junho de 2007, que “parecem ter amplificado a reação coletiva dos segmentos tradicionalistas” (Maria MACHADO, 2012, p. 28).

A título de exemplo, em 2010, o pastor batista Paschoal Piragine Júnior postou um vídeo no Youtube no qual associava o governo de Lula e suas iniciativas com a destruição dos valores cristãos. A reprodução do vídeo foi atrelada a imagens de fetos sendo feridos com instrumentos cortantes (Maria MACHADO, 2012). Tal narrativa foi vitalizada a partir da década de 2010, diante do fortalecimento do conservadorismo reacionário e das controvérsias discursivas sobre a corrupção de governos de esquerda no Brasil.

Nesse sentido, com o recrudescimento do conservadorismo no país, assistimos nos anos recentes um cenário no qual a pauta da descriminalização do aborto não teve espaço público. Em agosto de 2020, por exemplo, uma criança grávida de dez anos, cuja gravidez era fruto de estupro por parte de um familiar, e que, portanto, tinha direito legal ao aborto, teve inúmeras dificuldades para conseguir a assistência ao procedimento e, ao mesmo tempo, recebeu uma carga de discursos com tom moralista pelo país encabeçados, inclusive, pela então Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves.⁴

É importante reconhecer a heterogeneidade dos posicionamentos religiosos dentro das próprias tradições, mesmo as tradições religiosas cristãs, acerca de várias pautas ligadas aos Direitos Humanos. O campo das pautas morais ligadas aos direitos reprodutivos e ao aborto tem discursos contra-hegemônicos como o das “Católicas pelo Direito de Decidir”, organização criada em 1973, nos Estados Unidos, e estabelecida no Brasil em 1993 e, mais recentemente, o movimento das “Evangélicas pela Igualdade de Gênero” criado no Brasil em 2015. No entanto, como lembra Maria das Dores Campos Machado (2012, p. 29), o impacto de

⁴ A informação foi veiculada na grande imprensa e pode ser verificada em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em fevereiro de 2021.



tais discursos “parece reduzido diante do ativismo religioso dos movimentos confessionais tradicionalistas”. (Maria MACHADO, 2012, p. 29).

Os direitos reprodutivos não devem ser reduzidos ao aborto, mas sim pensados como direitos à autonomia sobre os próprios corpos e seu existir no mundo. Direito ao prazer dos corpos, ao transitar dos corpos, à estética corporal, suas escolhas e possibilidades, direito ao controle sobre a reprodução, direito à escolha sobre gerar e ser mãe, direito à assistência do Estado sobre os corpos vulnerabilizados pelas desigualdades de gênero, direito ao parto humanizado e ao fim da violência obstétrica, direito à dignidade corporal... Daí a importância de se afirmar os direitos reprodutivos e sexuais como direitos humanos⁵.

Um exemplo sobre a névoa que paira sobre este tema é que, ao se discutir sobre o aborto, discute-se de forma pública exaustivamente sobre quando se começa a vida do embrião, em um distorcido e trágico apagamento da vida da mulher que já está ali com sua vulnerabilidade exposta. Uma vida que já foi negligenciada por vários setores sociais e humanos. Uma vida com a qual a sociedade já vem falhando. Esta vida, ou quase vida, ou mesmo não vida, para as bandeiras anti descriminalização do aborto, pode se tornar ainda mais vulnerável acomodando a criação de um ser, desencadeando, assim, novas vulnerabilidades em uma nova vida condenada a uma história de abandonos. É o Estado que tem nos abandonado à sorte de não-escolhas.

Para as vidas precárias, como aquelas apontadas por Judith Butler (2019), os direitos reprodutivos se tornam um campo ficcional ou meramente discursivo. São as redes de apoio que têm atuado como um sistema paralelo de cuidado, amparo e proteção, uma vez que o Estado oficial e seus braços institucionais não têm dado conta – ou não têm se proposto a dar conta – da magnitude de tais tarefas.

Ao incluir as religiões e práticas religiosas e teológicas no debate sobre os direitos reprodutivos, chamamos atenção para a ética do cuidado. As redes de apoio estão para além do discurso moral sobre a humanidade, mas concentram-se na *práxis* da solidariedade e do cuidado humano. Muitos considerados “homens e mulheres de Deus”, como Santa Brígida,

⁵ No parágrafo 96 da Plataforma de Pequim, os direitos reprodutivos e sexuais são afirmados como direitos humanos e envolvem sexualidade, saúde reprodutiva, liberdade de escolha etc.



padroeira irlandesa das parteiras, auxiliavam em processos de aborto, em casos de violência, estupro, ou outros tipos de vulnerabilidades (Charles PLUMMER, 2009). Para além da mística, as redes solidárias formadas pelos grupos religiosos de diversas denominações têm se estabelecido como práxis, de forma paralela aos dogmas oficiais das instituições religiosas. Poderíamos dizer que os feminismos religiosos – comumente em tensão tanto com os feminismos seculares quanto com os desígnios das denominações religiosas às quais estão ligados – têm ancorado nos direitos reprodutivos uma ética religiosa do cuidado.

A ética do cuidado religioso caminhou por direções ambíguas durante a pandemia de Covid-19. Nesse contexto, além da violência discursiva em torno da criança grávida no Brasil, verificou-se que em outros países latinos a pauta do aborto se fez presente com a participação acirrada de discursos religiosos.

Na Argentina, a Câmara e o Senado autorizaram, em dezembro de 2020, a descriminalização generalizada do aborto no país, nas quatorze primeiras semanas de gestação, garantindo que toda gestante poderá ter acesso ao aborto no sistema público de saúde de forma gratuita. Na mesma época, Gabriel Ballerini, líder da Frente NOS, uma coligação política de direita, fundada em 2019, com participação religiosa na Argentina, trouxe a público a seguinte narrativa: “Os hospitais estão fechados, só abertos para urgências e para abortar. O nível de abortismo neste governo (do presidente Alberto Fernández) é tal, que põe o aborto como uma urgência de saúde pública e isto no meio de uma pandemia”⁶. No México, após décadas de mobilização do movimento de mulheres e de luta de diferentes organizações, o aborto foi descriminalizado em 2021, por decisão da Suprema Corte de Justiça, mas não sem resistência.

Apesar de alguns avanços, Pablo Semán (2020)⁷, em declaração à mídia *Ojo Público*, observou um relevante processo que vem se materializando na América Latina, em países como México, Argentina e Peru, principalmente, nos quais se observam alianças entre organizações políticas e

⁶ Disponível em: <https://ojo-publico.com/1863/grupos-ultraconservadores-renuevan-sus-alianzas-en-argentina>. Acesso em janeiro de 2021.

⁷ Disponível em: Los grupos ultraconservadores renuevan sus alianzas políticas en Argentina | Ojo Público (ojo-publico.com). Acesso em janeiro de 2021.



grupos religiosos ultraconservadores, reforçando a ideologia negacionista e discursos contra a ciência, junto da agenda antiaborto e antigênero.

Paulo Barrera Rivera (2020) indicou que no Peru alguns grupos evangélicos conservadores têm assumido uma posição que destoa de outros grupos religiosos no país em relação à pandemia. Tais grupos, segundo ele, estavam em 2020 alinhados às narrativas negacionistas de Donald Trump sobre o coronavírus. Barrera Rivera aponta uma “laicidade de colaboração” estabelecida a partir de alianças nacionais e transnacionais, com impacto no enfrentamento à Covid-19.

Néstor Canclini (1998) já havia tratado destas alianças que têm se estabelecido na América Latina. Ele indica que a região possui frágeis fronteiras entre tradição e modernidade, o que traria alianças entre grupos tradicionalistas, como os fundamentalistas culturais, políticos e religiosos, e grupos renovadores ligados a uma modernização tecnocrática, econômica e de mercado. Tal característica leva ao fortalecimento de valores individuais conservadores, em detrimento de valores que representariam um senso de coletividade, deixando de contemplar grupos sociais minoritários.

Nesse sentido, observamos nos exemplos dados e a seguir como a pandemia foi utilizada como pretexto para explicações de cunho moral, fortalecendo narrativas religiosas fundamentalistas que lideram pautas como a agenda antiaborto.

No México, a Igreja Batista assim se pronunciou, colocando o aborto entre as causas da Covid-19: “Há outras coisas em que devíamos colocar nossa atenção, como as possíveis causas da pandemia, como por exemplo, o aborto”⁸. O fechamento dos serviços não essenciais durante a quarentena foi utilizado como argumento para a suspensão da interrupção legal de gestações.

Marcela Vaquera, da Frente Nacional pela Família do México – organização composta por representantes políticos e religiosos(as) –, disse que “se está permitindo que os centros do aborto operem e sigam eliminando cidadãos mexicanos, como se fosse uma urgência”⁹.

⁸ Disponível em: Poder, religión y lobbies: los ultraconservadores durante la pandemia en México | Ojo Público (ojo-publico.com). Acesso em janeiro de 2021.

⁹ Disponível em: <https://www.mexicosocial.org/poder-religion-y-lobby-los-ultraconservadores-durante-la-pandemia/>. Acesso em janeiro de 2021.



Também no Brasil, o fechamento dos serviços não essenciais durante a pandemia e a quarentena foram utilizados como argumento para a suspensão de procedimentos como a interrupção legal de gestações. O Hospital Pérola Byington¹⁰, em São Paulo, suspendeu o serviço legal de aborto durante uma semana na pandemia sob a alegação de que a instituição havia se convertido em um local de detecção de Covid-19 e que, portanto, a suspensão de atenção ambulatoria teria como finalidade reduzir a circulação de pessoas e prevenir contágio. Tal argumento, no entanto, não se sustentou já que, após pressão pública, os procedimentos de aborto legal e apoio às mulheres foram reativados.

Como se pode ver, é um cenário de disputas discursivas, no qual, de um lado, as alianças político-religiosas apelam ora ao negacionismo, ora ao conservadorismo moral, e, de outro lado, há uma aliança entre os discursos científicos e dos direitos humanos.

ALIANÇAS POLÍTICO-RELIGIOSAS E A DECLARAÇÃO OU CONSENSO DE GENEBRA

Quando passamos ao contexto global, verificamos que o Brasil, a partir das diretrizes do governo de Jair Bolsonaro e de representantes do seu governo como a então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves e o então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, articulou-se com lideranças como Donald Trump que encabeçaram a aliança do Consenso de Genebra, consolidando a coalizão ideológica ultraconservadora entre países majoritariamente cristãos e países muçulmanos, em torno de pautas morais, com reforço à agenda antiaborto. Lembramos que o Brasil é signatário das proposições da ONU para políticas de gênero em educação, saúde e outros campos.

A Declaração do Consenso de Genebra, firmada em vinte e dois de outubro de 2020, envolve a participação de trinta e quatro países que defendem pautas morais conservadoras. Dentre as nações participantes, o Brasil passou a assumir a liderança após a derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais estadunidenses, já que os Estados Unidos se retiraram do acordo, em 2021, com a eleição de Joe Biden. Assinam a

¹⁰ Esse hospital localizado na capital paulista é referência histórica no atendimento de mulheres e vítimas de violência sexual e doméstica, além do atendimento oncológico.



Declaração de Genebra os seguintes países: Bahrein, Bielo-Rússia, Benin, Brasil, Burkina Faso, Camarões, Congo, República Democrática do Congo, Djibouti, Egito, Emirados Árabes, Suazilândia, Gâmbia, Geórgia, Guatemala, Haiti, Hungria, Indonésia, Iraque, Quênia, Kuwait, Líbia, Nauru, Nigéria, Omã, Paquistão, Paraguai, Polônia, Arábia Saudita, Senegal, Sudão do Sul, Sudão, Uganda e Zâmbia. Em maio de 2022 a Colômbia governada por Iván Duque também assinou o documento, porém, em agosto do mesmo ano, já sob o governo de Gustavo Petro, o país se retirou do acordo. É importante lembrar que a maioria dos países signatários registra altos índices de desigualdade de gênero, sendo marcadamente patriarcais, com forte ingerência religiosa na definição de políticas públicas. Alguns desses países – Egito, Iraque, Senegal e Haiti – são contrários ao aborto em quaisquer circunstâncias, inclusive diante do risco de morte da gestante.

A Declaração afirma estar pautada em quatro pilares¹¹: “a preocupação com a saúde das mulheres”; “a proteção da vida humana”; “o fortalecimento da família, unidade básica da sociedade”; e “a defesa da soberania das nações em criar suas próprias políticas de defesa da vida”. Quando da celebração do acordo, o Itamaraty divulgou trechos da Declaração em sua página.

É possível identificar que tais pilares: saúde das mulheres, proteção da vida, fortalecimento da família e defesa da soberania das nações, representam valores nos quais está apoiado o discurso atual da extrema-direita brasileira, e que também são pautas defendidas por grupos conservadores reacionários cristãos latinos.

A proteção ou defesa da vida tem se firmado como um discurso antiaborto, uma vez que a narrativa médico-biologizante sobre o início da vida do feto tem apoiado o conservadorismo reacionário, promovendo, como já observamos no item anterior, um apagamento da vida da mulher que carrega em seu corpo o embrião e que socialmente já sofre o impacto de uma série de vulnerabilidades. A defesa da vida traduz-se em defesa da vida do feto, mas não da mulher, que muitas vezes está em sofrimento social e psíquico quando diante de uma gravidez indesejada.

Já o outro valor indicado entre os quatro pilares da declaração: “o fortalecimento da família, unidade básica da sociedade” pode ser com-

¹¹ <https://gcdintermariumconference.org/>



preendida nesse contexto à luz das reflexões trazidas por Wilhelm Reich (1998). Segundo ele, a família pequeno-burguesa tradicional tornou-se um núcleo central da estratégia discursiva conservadora reacionarista. Como aponta Wilhelm Reich em *Psicologia das Massas do Fascismo*, a família pequeno-burguesa é um Estado autoritário em miniatura, sendo “a principal célula germinativa da política reacionária, o centro mais importante de produção de homens e mulheres reacionários. (...) A família torna-se a instituição principal para a manutenção do sistema autoritário que lhe dá forma” (Wilhelm REICH, 1998, p. 94).

É importante destacar que a Declaração de Genebra foi assinada em um contexto de pandemia de Covid-19, em que os números da violência contra as mulheres se tornaram ainda mais alarmantes. Além disso, o episódio já mencionado da criança brasileira que teve que percorrer quilômetros para conseguir assistência ao aborto, ocorrido poucas semanas antes do acordo, mostra que o governo brasileiro estava pressionado por uma posição pública sobre a temática. Nesse contexto de saúde pública fragilizada, a pandemia de Covid-19 torna-se o cenário ideal para justificar um acordo pela “saúde das mulheres, da família” e pelo “direito à vida”.

A ex-ministra Damares Alves, desde sua entrada no governo, declara-se contra a descriminalização do aborto¹². Sendo pastora (foi pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Batista da Lagoinha de Belo Horizonte), além de trabalhar como assessora de parlamentares conservadores há duas décadas, Damares Alves tornou-se um símbolo do tipo de aliança a que estamos nos referindo nesse texto. Ela assim se pronunciou no momento da assinatura da Declaração:

Celebramos que o texto da declaração ora assinada consagre a inexistência de um direito à interrupção voluntária da gravidez, como às vezes se afirma em determinados fóruns internacionais. (...) Que se diga abertamente: nada, no direito internacional dos direitos humanos, fundamenta esse hipotético direito de valer-se do aborto como opção do planejamento familiar.¹³

¹² https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/06/interna_politica,723731/sou-contra-o-aborto-diz-futura-ministra-damares-alves.shtml. Acesso em março de 2021.

¹³ <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/22/brasil-eua-e-ditaduras-se-aliam-jamais-havera-direito-ao-aborto.htm>. Acesso em março de 2021.



Ainda na ocasião da assinatura da Declaração do Consenso de Genebra, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, também falou sobre o tema:

Nós reafirmamos também o nosso dever de proteger a vida humana desde a sua concepção. Rejeitamos categoricamente o aborto como método de planejamento familiar, assim como toda e qualquer iniciativa em favor de um direito internacional ao aborto ou que insinue esse direito ainda que veladamente.¹⁴

A não atuação do governo brasileiro no rápido enfrentamento à pandemia, teve como saldo quase 700 mil pessoas mortas e alguns milhares de pessoas com importantes sequelas advindas da contaminação pelo vírus. O negacionismo em relação à ciência, ao uso de máscaras, ao isolamento social, à compra de vacinas e às campanhas de vacinação demonstrou a orfandade do país em relação ao seu presidente e seus ministros e ministras. Porém, isso parece não ter sido suficiente. Damares Alves e Ernesto Araújo foram porta-vozes da necropolítica brasileira em relação às mulheres. Sob a alegação de “proteção da vida”, assinaram um documento que obstaculiza ainda mais os direitos reprodutivos das mulheres. A articulação para a constituição do Consenso de Genebra ocorreu logo em seguida à publicação do documento da Organização das Nações Unidas (ONU) para o enfrentamento à pandemia de Covid 19, intitulado “*Coronavirus disease (COVID-19) pandemic: UNFPA Global Response Plan*” (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2020), que tratava, dentre outras coisas, da saúde reprodutiva das mulheres:

A pandemia já interrompeu gravemente o acesso a serviços vitais de saúde sexual e reprodutiva. As desigualdades existentes para mulheres e meninas estão piorando, e a discriminação contra outros grupos marginalizados está aprofundando. A saúde e os direitos sexuais e reprodutivos são uma importante questão de saúde pública que demanda atenção urgente e continuada e investimento (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2020, p. 1).¹⁵

¹⁴ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/10/brasil-assina-declaracao-sobre-defesa-do-acesso-das-mulheres-a-promocao-da-saude#:~:text=A%20iniciativa%20foi%20liderada%20por,dos%20Direitos%20Humanos%2C%20Damares%20Alves..> Acesso em março de 2021.

¹⁵ Tradução das autoras. Texto original: The pandemic has already severely disrupted access to life-saving sexual and reproductive health services. It is worsening existing inequalities for women and girls, and deepening discrimination against other marginalized groups. Sexual and reproductive health and rights is a significant public health issue that demands urgent and sustained attention and investment.



Enquanto a ONU e a OMS chamaram a atenção para o perigo da diminuição de serviços de atendimento à saúde sexual e reprodutiva durante a pandemia, o governo brasileiro se aliava a governos de outros países que, motivados também por questões religiosas, visavam limitar o acesso pleno das mulheres a serviços relacionados a seus direitos reprodutivos.

O aumento da violência doméstica e dos abusos sexuais durante a pandemia de Covid 19 é fato em diversos países (Emanuele MARQUES et al, 2020), e no Brasil não foi diferente. Em pesquisa realizada pelo Locomotiva e o Instituto Patrícia Galvão, já em novembro de 2020, em meio à pandemia, a população brasileira afirmava ter havido aumento da violência contra as mulheres. Nada menos que 57% das pessoas entrevistadas (foram entrevistadas 1.500 pessoas) afirmaram que a violência sexual “aumentou muito” e mais 24% afirmaram que “aumentou um pouco” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO e LOCOMOTIVA, 2020). As poucas ações do governo foram objeto de crítica do movimento feminista brasileiro e de organizações que trabalham diretamente com o enfrentamento da violência contra as mulheres.

A pauta antigênero caracterizou a política do governo Bolsonaro, que intensificou, inclusive, os ataques às feministas identificando-as como inimigas da família. Esse tipo de acusação não é uma estratégia utilizada somente agora. Há anos cresce o apelo a estratégias de desqualificação das feministas, visto serem elas as mais assertivas em relação à defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Isso, desde o início do movimento no país, nas décadas de 1960 e 1970; porém, os ataques se intensificaram especialmente durante os debates sobre o Plano Nacional de Educação, particularmente em 2012, e sobre os planos estaduais e municipais na sequência. Lideranças religiosas e políticas, especialmente evangélicas e católicas, se manifestaram insistentemente contra a chamada “ideologia de gênero” que seria promovida nas escolas caso fosse mantido o substitutivo ao artigo 2º. do PLC 103/2012 que incluía a igualdade de gênero como diretriz do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Essa “ideologia”, segundo essas lideranças, seria promovida por feministas apoiadas por agências internacionais e cujo papel social seria fundamentalmente a destruição da “família natural”. Some-se a isso o ataque também ao movimento LGBTQIA +. Em 2013,



em entrevista a Christina Vital e Paulo Lopes (2013, p. 154), o então deputado federal e pastor assembleiano Marco Feliciano, da Frente Parlamentar Evangélica, afirmou:

Eu represento um segmento de luta única e exclusivamente pela família, porque a família é a base da sociedade. Nós vivemos hoje no mundo da influência da ONU, que quer mandar nos governos; e nós sabemos o pensamento da ONU, desde 1960 pra cá, da revolução sexual; há um pensamento dos intelectuais que há uma explosão demográfica incontida e isso pode levar à falência do planeta por causa das suas reservas naturais que estão se extinguindo; isso é o que eles apelam; em função disso, houve uma união entre vários militantes de vários segmentos, a começar pelas feministas, as abortistas, o pessoal do grupo LGBT, e se uniram pra que a família seja atingida. (Christina VITAL; Paulo LOPES, 2013, p. 154).

No Legislativo, na última década, os detratores mais atuantes na construção das feministas como inimigas têm sido deputados e senadores das bancadas religiosas (Frente Parlamentar Evangélica e Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana), que na 56a. Legislatura, encontraram forte apoio no Executivo. É importante lembrar que Damares Alves atuou fortemente contra o movimento feminista e contra pautas caras às mulheres. A celebração da Declaração de Consenso de Genebra foi mais uma das muitas estratégias mobilizadas por ela e pelo governo Bolsonaro para obstaculizar e retroceder em relação aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Combater esses direitos e o avanço dessas pautas implicou na necessária ação contra as feministas.¹⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 foi um subterfúgio usado por grupos ultrarreacionários e conservadores, como pudemos ver, para obstaculizar direitos civis, especialmente os das mulheres no que tange a seus

¹⁶ Um exemplo foi a denúncia encaminhada por Damares, já em 2019, ao Ministério Público contra o Instituto AzMina. A denúncia visava impedir a veiculação de informações disponibilizadas pela Organização Mundial da Saúde relativas ao aborto seguro. Também em 2019, a ex-ministra extinguiu os comitês de Gênero, Diversidade e Inclusão.



direitos sexuais e reprodutivos. Sob a justificativa de que os serviços de saúde estariam voltados apenas para o tratamento dos doentes pelo vírus, os serviços voltados para o aborto legal foram desativados ou mesmo negados. Em meio à tragédia que se alastrava com o vírus, muitas mulheres (e crianças) viviam uma outra também, a de terem que enfrentar as portas fechadas ao recorrerem aos serviços públicos de saúde para procedimentos relativos ao aborto em casos de estupro e/ou risco de morte.

No plano internacional, governos autocráticos e ultraconservadores aderiram ao chamado Consenso de Genebra, um tratado proposto pelo governo estadunidense de Donald Trump. Nesse Consenso, os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos humanos são completamente desconsiderados, desprezando pesquisas inclusive na área de saúde pública. O Brasil é um dos países que endossam o documento, assim como alguns países da América Latina, como a Guatemala, e de outros continentes, países historicamente conhecidos por violações aos direitos humanos como Arábia Saudita e Egito.

Digno de nota é que um dos primeiros objetivos listados no Consenso de Genebra é o de “alcançar uma saúde melhor para as mulheres”, um objetivo que se esvazia diante da negação a elas do acesso aos serviços mais básicos de saúde relacionados a seus direitos reprodutivos.

A extrema-direita no Brasil se estabelece sob o mote da “proteção à família” e do “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. No entanto, o que de fato ocorreu foram arranjos, alianças político-religiosas que envolvem poder e interesses econômicos de grupos privilegiados que se valem de momentos de maior fragilidade social, como foi a proporcionada pela pandemia de COVID-19, para expandirem sua dominação não só no âmbito econômico, mas também no de uma moralidade que impõe uma agenda que nega a ciência, a saúde pública e os direitos mais fundamentais das minorias.

REFERÊNCIAS

BACCETTO, Lucas; RAMOS, Antonio. Figurações religiosas do movimento conservador. Crônica sobre a Mesa 3 do Seminário Reações Religiosas à Covid-19 na América Latina. Ronaldo Almeida (UNICAMP/Brasil) como mediador, e de Fellipe dos Anjos (UNIMESP/Brasil), Paulo Barrera (UNIMESP/Brasil) e Michel Gherman (UFRJ/Brasil). **Laboratório**



de Antropologia da Religião, UNICAMP, 2020. Disponível em: Figurações religiosas do movimento conservador – LAR – Unicamp. Acesso em: dia, jan./ janeiro de 2021.

BANDEIRA, Olívia; CARRANZA, Brenda. “Reactions to the Pandemic in Latin America and Brazil: are religion essential services?”. **International Journal of Latin American Religions** volume 4, (Dec 2020): 170–193.

BRACCO, Carolina. El debate sobre el aborto en el mundo árabe-musulmán. In: JAIME, Martín e VALDIVIA, Fátima (Eds). **Mujeres, aborto y religiones en Latinoamérica: Debates sobre política sexual, subjetividades y campo religioso**. Lima: CMP Flora Tristán/ UNMSM, 2020, p. 51-76.

Brasil assina declaração sobre defesa do acesso das mulheres a promoção da saúde. Gov. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/10/brasil-assina-declaracao-sobre-defesa-do-acesso-das-mulheres-a-promocao-da-saude>. Acesso em: mar. 2021.

Brasil, EUA e ditaduras se aliam: “jamais haverá direito ao aborto”. *Uol*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/22/brasil-eua-e-ditaduras-se-aliam-jamais-havera-direito-ao-aborto.htm>. Acesso em mar. 2021.

BUTLER, Judith. **Vida Precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [Kindle Edition].

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

CARLETTI, Anna; NOBRE, Fábio. A Religião Global no contexto da pandemia de Covid-19 e as implicações político-religiosas no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano XIII, v. 13, n. 39, ANPUH, Janeiro/Abril de 2021.

CARRANZA, Brenda; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; BANDEIRA, Olívia. Reações religiosas à Covid-19 na América latina [RESENHA]. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 22, e020036, 2020.

CUNHA, Magali do Nascimento. “Nem ‘obra de Satanás’ nem ‘castigo de Deus’: a pandemia é oportunidade”. **CartaCapital**, São Paulo, 18 mar. 2020. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/nem-obra-de-satanas-nem-castigo-de-deus-a-pandemia-e-oportunidade/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CUNHA, Magali. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação**. Koinonia: Presença Ecumênica e Serviço, 2020.

Declaração de consenso de Genebra. *Wikipédia*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Consenso_de_Genebra. Acesso em mar. 2021.

Desinformação religiosa sobre a covid-19 na América Latina. *MSN*. Acesso em dia jan. 2021.

Fragmentos em linha reta: contextos pandêmicos e reações religiosas. *Laboratório de Antropologia da Religião*. Disponível em: <https://www.larunicamp.com.br/novidades/fragmentos-em-linha-reta/>. Acesso em jan. 2021.



Figurações religiosas do movimento conservador. *Laboratório de Antropologia da Religião*. Disponível em: <https://www.larunicamp.com.br/novidades/figuracoes-religiosas-do-movimento-conservador/>. Acesso em jan. 2021.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO e LOCOMOTIVA. Violência doméstica contra a mulher na pandemia, 2020. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-domestica-contra-a-mulher-na-pandemia-instituto-patricia-galvao-locomotiva-2020/> Acesso em: 12 set. 2022.

KIBUUKA, Brian Gordon Lutalo. “Complicity and Synergy Between Bolsonaro and Brazilian Evangelicals in COVID-19 Times: Adherence to Scientific Negationism for Political-Religious Reasons”. *International Journal of Latin American Religions* volume 4, (Dec 2020): 170–193.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. “¿Cual es tu religión?”. *Latinobarómetro*, 2017. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em fevereiro de 2021.

GUTIÉRREZ, María Alcía. “Igrejas, religiões e crenças”. *Enciclopedia Latinoamericana Boitempo*. 2006. Disponível em: Igrejas, religiões e crenças Enciclopédia Latinoamericana. Acesso em fev. 2021.

Los grupos ultraconservadores renuevan sus alianzas políticas en Argenti. *Ojo Público*. Disponível em: <https://ojo-publico.com/1863/grupos-ultraconservadores-renuevan-sus-alianzas-en-argentina>. Acesso em jan. 2021.

LILA, Mark. *The Shipwrecked Mind. Introduction*. New York: New York Review Books, 2016.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília n. 7, p. 25-54, Abr. 2012.

MAGALHÃES, Átila de Alencar Araripe; LIMA, Renata Albuquerque; SIQUEIRA, Natércia Sampaio. Novo racismo, fundamentalismo islâmico e o fortalecimento das direitas no mundo ocidental. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 116, pp. 351-373, jan./jun. 2018.

MARQUES, Emanuele Souza et. al. *Cad. Saúde Pública*, 36 (4), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>. Acesso em: 01 set. 2022.

Megaigrejas continuam abertas e dizem que fé cura coronavírus. *Publica*. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/megaigrejas-continuum-abertas-e-dizem-que-fe-cura-coronavirus/>. Acesso em jan. 2021.

Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de dez anos. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em fev. 2021.

O lobby dos evangélicos contra o fechamento de igrejas. *Publica*. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/o-lobby-dos-evangelicos-contra-o-fechamento-das-igrejas/>. Acesso em jan. 2021.



ORO, Ari Pedro. **Religião, Coesão Social e Sistema Político na América Latina**. iFHC/CIEPLAN, Santiago: Chile, 2008.

PASSOS, João Décio (Org.). **A pandemia do coronavírus: onde estivemos? Para onde vamos?** São Paulo: Paulinas, 2020.

PLUMMER, Charles. **Vitae sanctorum Hiberniae**. Charleston: Bibliolife, 2009.

Poder, religión y lobby: los ultraconservadores durante la pandemia. *México social: La cuestión social en México*. Disponível em: <https://www.mexicosocial.org/poder-religion-y-lobby-los-ultraconservadores-durante-la-pandemia/>. Acesso em jan. 2021.

Poder, religión y lobby: los ultraconservadores durante la pandemia en México. *Ojo Público*. Disponível em: <https://ojo-publico.com/1862/poder-religion-y-lobby-alianzas-fundamentalistas-en-mexico>. Acesso em jan. 2021.

Poderes no santos. *Ojo Público*. Disponível em: <https://ojo-publico.com/1861/poderes-no-santos>. Acesso em jan. 2021.

Profetas do caos: O poder dos negacionistas no Brasil. *Ojo Público*. Disponível em: <https://ojo-publico.com/1867/profetas-do-caos-o-poder-dos-negacionistas-no-brasil>. Acesso em jan. 2021.

Reações à pandemia na América Latina e no Brasil. *Laboratório de Antropologia da Religião*. Disponível em: <https://www.larunicamp.com.br/novidades/reacoes-a-pandemia-na-america-latina-e-no-brasil/>. Acesso em jan. 2021.

Reações políticas à Covid-19. *Laboratório de Antropologia da Religião*. Disponível em: <https://www.larunicamp.com.br/novidades/reacoes-politicas-a-covid-19/>. Acesso em jan. 2021.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2ª. ed. 1988.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Rev. Estud. Fem.** [conectados]. 2005, vol. 13, n. 2 [citado em 2018-11-23], pp.363-365.

SEMÁN, Pablo. **Religiões e Política em Tempos de Mudança**. Editora: Baioneta, 2019.

“Sou contra o aborto”, diz futura ministra Damares Alves. *Correio Braziliense*. Disponível em: https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/06/interna_politica,723731/sou-contra-o-aborto-diz-futura-ministra-damares-alves.shtml. Acesso em mar. 2021.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, 188-204, jul.-dez. 2014.

SOUZA, Sandra Duarte de. O gênero da discórdia. A Igreja Católica e a campanha contra os direitos das mulheres na política internacional: uma abordagem a partir das conferências do Cairo e de Pequim. **Religare**, v. 15, n. 2, dezembro de 2018, p. 483-504. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/42234>.



STERN, Fábio L. “As interpretações religiosas para o novo vírus”. In: PASSOS, João Décio. **A pandemia do coronavírus: onde estivemos? Para onde vamos?** São Paulo: Paulinas, p. 151-167, 2020.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. Coronavirus disease (COVID-19) pandemic: UNFPA Global Response Plan. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/COVID-19_-_UNFPA_Global_Response_Plan_April_07.pdf. Acesso em: 02 set. 2022.

USARSKI, Franklin; PY, Fábio (orgs.). Dossiê “Religion and the Pandemic—Latin American Responses”. **International Journal of Latin-American Religions**, São Paulo, v. 4, n. 2, Dec 2020.

VIANA, Nildo. Como combater o reacionarismo? **Revista Marxismo e Autogestão**. v. 1 n. 10, 2020.

VITAL, Christina e LOPES, Paulo. Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ISER, 2012.

Virtualização das atividades religiosas em tempos de pandemia. *Laboratório de Antropologia da Religião*. Disponível em: <https://www.larunicamp.com.br/novidades/virtualizacao-das-atividades-religiosas-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em jan. 2021.